



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014
(do Sr. Fernando Francischini)

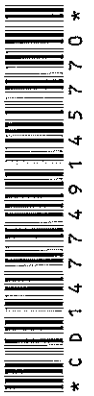
CPMI-PETRO Requerimento Nº 758/14

Requer que sejam convocadas as autoridades abaixo citadas para que prestem esclarecimentos acerca das denúncias feitas à Polícia Federal pela Sra. Meire Poza, nas quais relata, entre outras, a ingerência do doleiro Youssef nos investimentos do Fundo de Pensão dos funcionários dos Correios (POSTALIS) e da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), fundo de pensão da Caixa Econômica Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 58, § 3º, da Constituição Federal e nos termos do art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação das autoridades abaixo relacionadas para que prestem esclarecimentos acerca das denúncias feitas à Polícia Federal pela Senhora MEIRE POZA, contadora do doleiro Youssef.

Segundo a reportagem do "O globo", a contadora relata a negociação entre parlamentares e o doleiro Alberto Youssef para que este definisse os investimentos dos fundos de pensão dos Correios, o Postalís, e da Caixa Econômica Federal, o Funcef. Em troca de apoio político para o fechamento do negócio com os fundos, haveria uma partilha de comissões com integrantes do PT e PMDB.



Subscrevi em apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 17/09/2014
As 16:50 horas.

Felipe Costa Geraldes
Técnico Legislativo
Matr. 229.869



CONGRESSO NACIONAL

- ANTONIO CARLOS CONQUISTA, diretor-presidente do Postalís; e
- CARLOS ALBERTO CASER, diretor-presidente do Funcef.

JUSTIFICAÇÃO

São recorrentes as denúncias de irregularidades no atual governo do Partido dos Trabalhadores – PT. Essa corrupção, que assola o país, é problema grave e que obscurece a política brasileira.

Com a delação premiada dos envolvidos na operação Lava Jato, confirmam-se a participação de diversos parlamentares e como funcionava o esquema de lavagem de dinheiro envolvendo fundos de pensão de estatais.

Destaca-se que a missão de um fundo desse tipo é assegurar uma renda de aposentadoria capaz de manter o padrão de vida de seus participantes no futuro com tranquilidade e segurança. Todavia, os milhares de funcionários dos Correios e da Caixa estão, neste momento, constatando que o dinheiro depositado no fundo corre sério risco de ser aplicado sem nenhum critério técnico e servir como troca de favores.

As consequências de ingerências desse tipo são extremamente danosas, um exemplo recente e também denunciado foi a má administração do fundo dos funcionários da Petrobras (Petros), que em abril, pela primeira vez em dez anos, teve as contas do fundo rejeitadas por unanimidade por seu conselho fiscal (<http://oglobo.globo.com/brasil/pt-provoca-crise-em-fundo-de-pensao-da-petrobras-12310799>).

Os extratos das reportagens colacionadas a seguir resumem as acusações feitas pela Sra. Meire Poza e relatam a negociação realizada para desviar recursos dos fundos de pensão, entre outras irregularidades:





CONGRESSO NACIONAL

Líder do Solidariedade quer que diretores do Postalis e Funcef prestem depoimentos

POR ANDRÉ DE SOUZA

12/09/2014 16:07 / ATUALIZADO 12/09/2014 17:39

Contadora diz que Youssef se reuniu com Renan e Vargas para ter acesso a fundos de pensão

BRASÍLIA - O líder do partido Solidariedade na Câmara, deputado Fernando Francischini (PR), afirmou nesta sexta-feira que vai apresentar novos requerimentos para ouvir os diretores dos fundos de pensão Postalis (dos Correios) e Funcef (da Caixa). Depoimento da contadora Meire Poza - que trabalhou para o doleiro Alberto Youssef - revelado pelo GLOBO indica que houve interferência política do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do deputado André Vargas (ex-PT-PR) para fazer negócios com os dois fundos. As negociações, que renderiam R\$ 50 milhões a Youssef, não foram adiante porque o doleiro acabou preso em março durante a Operação Lava-Jato, da PF.

— Vamos apresentar requerimentos para saber com quem os diretores dos fundos falaram — disse Francischini.



O deputado é autor de dois requerimentos, apresentados em maio na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) na Câmara, para apurar desvios no Postalis. Na época, o GLOBO mostrou que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) havia aberto investigação para apurar operações fraudulentas ligadas ao fundo de pensão. Na ocasião, foi identificado um aporte de R\$ 40 milhões, de 19 de dezembro de 2012, no Banco BNY Mellon por meio da gestora DTW Investimento LTDA, que teria sido direcionado pelo ex-diretor da fundação Ricardo Oliveira Azevedo após influência de Youssef, e dos donos da Tino Real Participação, Maria Thereza Barcelos da Costa e Eric Davi Bello, alvos da Operação Lava-Jato.

Francischini também reforçou a necessidade de ouvir o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que, assim como Yousseff, foi preso na operação da PF. Costa é acusado de envolvimento com o doleiro Alberto Youssef e de superfaturamento na construção da reginaria de Abreu e Lima, em



* C D 1 4 7 7 4 9 1 4 5 7 7 0 *



CONGRESSO NACIONAL

Pernambuco. Ele também é suspeito de intermediar contratos da Petrobras em negócios articulados entre grandes empreiteiras, prestadores de serviço e políticos. A ida de Costa à CPI depende de autorização do Supremo Tribunal Federal (STF).

POSTALIS

O fundo de pensão dos Correios, o Postalis, confirmou em nota, nesta sexta-feira, que recebeu proposta de investimento na empresa Marsan Viagens. O Postalis afirmou, no entanto, que a proposta foi negada, e a decisão não foi tomada por conta da prisão doleiro Alberto Youssef, cuja ligação com a Marsan não era conhecida do fundo de pensão. "A decisão foi eminentemente técnica", diz a nota.

Segundo a nota, a decisão foi tomada em reunião do dia 28 de abril de 2014. O doleiro foi preso no dia 17 de março pela Polícia Federal na operação Lava-Jato

"O investimento teve parecer negativo por parte da equipe de analistas da área financeira e, em seguida, pelo Comitê de Investimentos do Postalis, conforme Ata de 28/04/2014 daquele Comitê. Não havia nada na documentação analisada que pudesse ligar o papel aos senhores Paulo Roberto Costa e/ou Alberto Youssef. O Postalis nunca teve conhecimento de que o investimento tivesse qualquer relação com essas pessoas", diz o texto

SEXTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2014

Roubalheira na Petrobras e nos fundos de pensão: cerco se fecha cada vez mais em torno dos corruptos do PT e PMDB

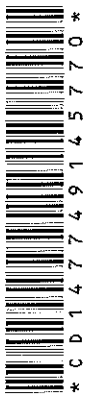
Depoimento colhido pela Polícia Federal na investigação da Operação Lava-Jato indica que parlamentares do PT e do PMDB negociaram com o doleiro Alberto Youssef para que ele fechasse negócios com os fundos de pensão dos Correios, o Postalis, e da Caixa Econômica Federal, o Funcef. Em troca de apoio político para o fechamento do negócio com os fundos, haveria uma partilha de comissões com integrantes dos dois partidos. O negócio só não se concretizou porque o doleiro foi preso.

Segundo relato à PF da contadora Meire Poza, ex-funcionária do grupo de Alberto Youssef, em 12 de março deste ano, cinco dias antes de ser preso, o doleiro se reuniu com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), em Brasília, e fechou um acordo verbal para ser beneficiado com R\$ 50 milhões dos dois fundos de pensão. O deputado André Vargas (sem partido-PR) teria ajudado na articulação com a ala petista dos fundos de pensão.

COMISSÃO DE 10% AOS 'CORRETORES'

Meire Poza disse ainda que o acordo renderia uma comissão de 10%, R\$ 5 milhões, aos "corretores" do negócio. Esses corretores seriam os intermediários que fariam chegar o dinheiro aos partidos. Mas não está claro qual o percentual dos R\$ 50 milhões que seria destinado aos políticos. Youssef foi preso no dia 17 de março, no Maranhão, e a transação não se efetivou.

Renan e Vargas negam qualquer vínculo com as tratativas do doleiro. Segundo o relato de uma das pessoas que está participando das investigações da Operação Lava-Jato, Youssef estava precisando de muito dinheiro e tentou





CONGRESSO NACIONAL

convencer o Postalis e o Funcef a investirem R\$ 50 milhões em ações em uma de suas empresas, a Marsans Brasil.

Diante da resistência de dirigentes dos fundos vinculados ao PMDB, Youssef teria procurado apoio de Renan na noite de 12 de março. Dois dias depois, num café da manhã, em São Paulo, ele comemorou com Meire Poza a futura entrada do dinheiro que poderia aliviar parte dos problemas financeiros da Marsans. "Ele (Youssef) me disse que esteve com o Renan para ajustar a parte do Postalis, que tinha conseguido os R\$ 50 milhões em debêntures para a Marsans", relatou a contadora a policiais. Pelo suposto acerto, o Postalis faria um aporte de R\$ 25 milhões, e a outra parte, de igual valor, caberia ao Funcef.

A contadora disse à Polícia Federal que o doleiro pagaria comissão de 10% do valor do aporte para os corretores credenciados para esse tipo de transação. O valor é bem superior às cifras pagas pelo mercado nesses tipos de transação que, segundo ela, ficam em torno de 3%. A suspeita levantada é que parte do dinheiro seria destinado a campanhas eleitorais.

Meire Poza prestou depoimento no início de agosto. As informações deverão ser encaminhadas ao ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, como parte das informações colhidas nas colaborações feitas pelos investigados. Caberá ao ministro decidir se as acusações têm fundamento e se a polícia deve aprofundar a investigação do caso.

Procurado pelo GLOBO por intermédio da assessoria, Renan Calheiros negou que tenha recebido Youssef, disse que não o conhecia e que ficou sabendo do caso pela imprensa. André Vargas também negou qualquer vínculo com as negociações de Youssef com o Postalis e o Funcef. Vargas já reconheceu que é amigo de Youssef há muitos anos, mas disse que não conhece e não tem qualquer relação com dirigentes dos dois fundos. — Não conheço ninguém no Postalis. Nunca estive lá e nem sei onde fica. Ele (Youssef) nunca tratou desse assunto comigo. Isso é lorota — disse Vargas.

O GLOBO tentou, sem sucesso, falar com o presidente do Postalis, Antonio Carlos Conquista. A assessoria não retornou a ligação. Ainda na 1ª fase das investigações da Lava-Jato, o Funcef reconheceu que Youssef tentou, mas não conseguiu, fazer um negócio com a instituição.

LAVAGEM DE DINHEIRO DE EMPREITEIRAS

O advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, ex-diretor jurídico da Marsans e da GFD, outra empresa de Youssef, decidiu colaborar com as investigações da PF e do Ministério Público Federal. Ele relatou como funcionava a GFD. Youssef teria criado a empresa para administrar parte de seus negócios lícitos. Mas, depois, passou a usar a empresa na estrutura de lavagem de dinheiro de empreiteiras com contratos com a Petrobras.

Com as colaborações de Meire, Pereira, Leonardo Meirelles, um dos sócios de Youssef no laboratório Labogen, e mais recentemente do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, investigadores acreditam que não restará outra alternativa ao doleiro senão aceitar a delação premiada. O volume de informações contra o doleiro, o ex-diretor da Petrobras e algumas grandes empreiteiras é expressivo. Youssef e Costa são acusados de chefiar duas grandes estruturas de desvio de dinheiro.





CONGRESSO NACIONAL

Costa é suspeito de intermediar contratos da Petrobras em negócios articulados entre grandes empreiteiras, prestadores de serviço e políticos. Na delação premiada, Costa disse que 3% de cada contrato da estatal eram destinados a políticos.

<http://coturnonoturno.blogspot.com.br/2014/09/roubalheira-na-petrobras-e-nos-fundos.html>

Dessa forma, reputa-se necessária a vinda das autoridades convocadas neste requerimento para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2014

Dep. **FERNANDO FRANCISCHINI**
Solidariedade/PR

